

**Vidal V. Come\***

*As relações de género na economia informal em Moçambique - estudo de caso:  
"Mercado Novo" da Cidade da Maxixe - 2020 a 2023*

## **RESUMO**

A presente pesquisa tem como objectivo compreender a reconfiguração das relações de género a partir da actividade informal em mercados das mulheres. A pesquisa é qualitativa, tendo usado as técnicas de observação sistemática e as entrevistas semiestruturadas junto a 15 vendeiras e cinco (05) vendedores com vista a aferir o sentimento da parte masculina em relação à participação da mulher no mercado informal, escolhidos de forma aleatória, sendo a análise de discurso feita de forma narrativa. Os resultados da pesquisa mostram que a ascensão económica da mulher a partir do comércio informal impõe uma reconfiguração dos papéis domésticos e sociais, uma vez dotar a mulher de capacidade financeira para negociar e contribuir para a estabilidade familiar. Contudo, a troca de papéis imposta pela ocupação da mulher e a sua liberdade financeira configuram-se um desafio nas relações de género, uma vez colocar em causa o poder milenar do homem. Todavia, os casados normalizam os papéis socialmente estabelecidos como masculinos, não obstante assumidos pelas mulheres, a saber: providência, construção, despesas relacionadas com a educação dos filhos, saúde e bem-estar dos membros da família. Portanto, a participação da mulher no comércio informal tem elevado a auto-estima da mulher, estabelecendo uma base negocial na família e na sociedade.

**Palavras-chave:** Comércio informal; Mulheres; Papéis sociais.

## **ABSTRACT**

This research aims to understand the reconfiguration of gender relations based on women's informal activity in markets. It was conducted through qualitative research using systematic observation and semi-structured interviews among 15 saleswomen and 5 salesmen, randomly chosen, in order to gauge men's feeling about women's participation in the informal market, and the discourse was analyzed narratively. The results of the research show that the economic rise of women through informal trade imposes a reconfiguration of domestic and social roles, since it gives women the financial capacity to negotiate and contribute to family stability. However, the change in roles imposed by women's occupation and their financial freedom is a challenge for gender relations, as it calls into question the millennia-old power of men. Despite this, married couples normalize the socially established male roles, which are nevertheless assumed by women, namely: provision, construction, expenses related to children's education, health and the well-being of the family relatives. Therefore, women's participation in informal commerce has raised women's self-esteem, stablishing a negotiating base in the family and in society.

**Keywords:** Informal trade; Women; Social roles.

## 1. Introdução

A pressão económica, a carestia de vida, o acentuado nível de desemprego, a inexistência ou fracasso das políticas sociais, sobretudo educacionais, assim como políticas económicas do país, no geral, e nas cidades, em particular, são as razões fundamentais que têm mobilizado, cada vez mais os moçambicanos para o sector informal, com destaque para o comércio. Além do fracasso destas políticas, há que referenciar os cíclicos conflitos armados que têm vindo a condicionar a economia, através da redução de investimentos e, por conseguinte, as oportunidades de emprego. Contudo, é preciso destacar as políticas neo-liberais introduzidas pelo Estado Moçambicano com vista à melhoria da estrutura macroeconómica do país, tais como: PRE (1987), PARPA I (2001-2005) e PARPA II (2006-2009) e o seu contributo para as mudanças económicas, não só a nível formal, mas também informal através da participação dos membros dos agregados familiares.

Segundo Casimiro (2011) *apud* (Loforte, 2000), estas políticas trouxeram alterações nas condições sócio-económicas dos cidadãos, nas suas práticas quotidianas, bem como nos sistemas de valores e representações. Estas alterações têm conduzido, no geral, à pluriactividade dos membros das unidades familiares mas com impactos diferenciados para mulheres e homens e de acordo com a sua posição económica, estatuto, idade (cfr. Loforte 2000: p.137-138).

Para a estudiosa, estas alterações advindas das políticas de reestruturação económica impactaram no crescimento da economia informal enquanto principal alternativa de empregabilidade e ocupação, face ao desemprego. No entanto, Casimiro (2011) localiza os eventos no tempo assim como as razões por detrás do recurso ao sector informal:

A partir dos anos 90 do Séc. XX tem-se verificado uma crescente deterioração das condições socioeconómicas de vida, o que tem levado homens e mulheres, não apenas nos países do chamado terceiro mundo, a procurar alternativas para a geração de rendimentos que permitam cobrir as suas necessidades básicas, através de actividades microempresariais de variada natureza e características (Casimiro, 2011: p.1).

No entanto, mesmo com a referida abertura económica, a mulher continua a enfrentar grandes dificuldades de acesso à esfera económica por causa das barreiras sócio-culturais que a

impedem de ombrear em pé de igualdade com o homem. Isto é, a mulher continua vítima de estruturas patriarcais, as mesmas que num passado recente dificultaram-na o acesso à educação. Portanto, a mulher desenvolve estas actividades contra todas as barreiras sócio-culturais impostas pela sua responsabilidade familiar, por um lado, e, por outro, pelo sistema exploratório (patrilinear) caracterizado por uma subordinação masculina, que a impede de ter autonomia na tomada de decisão no concernente ao trabalho formal, ou informal. É nesta perspectiva que tomamos em consideração, mesmo perante estas adversidades que “há mulheres que realizam, por questões de pobreza e sobrevivência familiar uma multiplicidade de tarefas, as quais constituem um alargamento do trabalho doméstico sem qualquer visibilidade, reconhecimento ou apoio legal” (Casimiro, 2011). Desta feita, rompe-se com o cerco que lhas impedem de lutar pela sua emancipação.

No concernente à tarefa do comércio informal, Loforte (2011) afirma que:

O exercício deste comércio (informal) para além de suprir o magro orçamento familiar, emerge como estratégia para ganhar influência social e constitui uma forma de luta e de resistência contra a ideologia patriarcal, que relega as mulheres à domesticidade e vida familiar.

Em certos agregados familiares, o controlo dos rendimentos provenientes das vendas teve consequência directa nas formas de aquisição de poder pelas mulheres, pois possibilitou uma certa participação nos processos de tomada de decisão a nível doméstico, atenuando assim a iniquidade (Loforte, 2011: p.18).

Se por um lado a participação da mulher na economia familiar através do comércio informal reduz a centralidade masculina no poder da estrutura familiar, por outro lado, não se pode deixar de lado o impacto que a ausência sistemática da mulher dentro do espaço doméstico trás em relação ao papel desta no domínio patriarcal, razão pela qual está no centro dos estudos femininos, enquanto esposa presa aos limites domiciliares.

A propósito, Oyěwùmí (2004) assume que:

Como um caracol, ela (a mulher) carrega a casa em torno de si mesma. O problema não é que a conceituação feminista comece com a família, mas que ela nunca transcenda os estreitos limites da família nuclear. Consequentemente, sempre que mulher está presente, torna-se a esfera privada da subordinação das mulheres. Sua própria presença define-a como tal (Oyěwùmí, 2004: p.5)

Portanto, este estudo procura compreender a reconfiguração das relações de género a partir das actividades em mercados informais. Assim como, o impacto da economia informal sobre as

relações de género a partir do "mercado novo" da Cidade da Maxixe, por um lado. Por outro, a participação da mulher na economia informal e o seu contributo nas relações de género, identificando as mudanças familiares que derivam da actividade informal em mercados informais das mulheres.

Partindo destes objectivos dá corpo à esta pesquisa a necessidade de compreendermos as mudanças operadas na estrutura familiar, com a integração da mulher no mercado informal, num contexto em que a economia informal, particularmente o comércio informal, para além de absorver grande parte da mão-de-obra excedentária, é a principal fonte de emprego e ocupação da força activa, sobretudo nos centros urbanos, particularizando-se pelo facto de ser dominado por mulheres.

A prior, é fácil compreender que a inserção das mulheres na economia informal torna-as independentes da subordinação masculina, contribuindo, por conseguinte, na reconfiguração dos papéis familiares e sociais, na relação homem /mulher, ao mesmo instante que tem constituído motivo para atritos familiares, decorrentes da quebra dos princípios sócio-culturais baseados no patriarcalismo.

## **2. Enquadramento teórico e conceptual**

### **2.1.Género**

"Género são todas as formas de construção social, cultural e linguística implicadas com processos que diferenciam mulheres de homens, incluindo aqueles processos que produzem seus corpos, distinguindo-os e nomeando-os como corpos dotados de sexo, gênero e sexualidade. O conceito de gênero privilegia, exatamente, o exame dos processos que instituem essas distinções - biológicas, comportamentais e psíquicas - percebidas entre homens e mulheres". (Meyer,2004: p.15)

Na mesma ordem de ideias, Waterhouse &Vijfhuizen (2001) definem género como "*uma construção sócio-cultural de mulheres e homens*". Os investigadores chamam-nos atenção para a necessidade de se tomar em conta que os referidos processos de construção são ao mesmo tempo reproduzidos e transformados tanto pelas mulheres assim como pelos homens. Assim sendo, quer o homem quer a mulher, na óptica dos autores, são incontornáveis na construção do género, daí a responsabilidade partilhada na construção das estruturas matriarcais e patriarcais.

Simone de Beauvoir em sua célebre frase “não se nasce mulher, torna-se mulher” afirma que o mesmo pode ser aplicado ao homem “o homem não nasce homem, ele torna-se homem”. Portanto, se também a masculinidade pode ser ensinada e construída, supõe-se então que o que se construiu pode ser “desconstruído” para ser construído novamente. Ou seja, o ser humano não é predeterminado, mas socialmente construído. (Boris 2002, apud D’Ávila, s/d: p. 4)

Por seu turno, Morre (2000) vai mais longe ao afirmar que:

As pessoas aprendem as suas funções em termos de géneros através de todos os processos normais de socialização que nos ensinam os valores gerais da sociedade. Por isso, a nossa interacção com os outros membros da família, a leitura, a frequência escolar e as nossas relações com os nossos amigos, tudo isto ajuda a criar o conceito das funções adequadas em termos de géneros. (Morre, 2000: p.117)

Para o estudioso, o princípio da distinção entre as funções de género começa com a linguagem diferenciada, aplicada aos bebés, por um lado do sexo masculino e, por outro, aos do sexo feminino, estendendo-se aos brinquedos que são dados. E, posteriormente, estendem-se às funções domésticas caracterizadas pela estereotipagem do género.

Portanto, são estas estruturas adquiridas nos processos de reprodução e transformação, que posteriormente estabelecem o género, refletindo-se nas práticas de cada pessoa. Contudo, estas configurações sócio-culturais são passíveis de alterações em função das situações práticas e específicas. É deste contexto de construção do género que surgem as identidades de género e os domínios do género que

Se subentendem pelas áreas da vida que são organizadas por referência a uma série de práticas e valores inter-relacionados que, mesmo quando não são percebidos exactamente do mesmo modo por todos, são apesar de tudo reconhecidos como “locus” de certas regras, normas e valores implicando graus de compromisso social, frequentemente com algumas marcas espaciais. (Long 1997) apud (Waterhouse & Vijfhuizen (2001: p.9)

Com isto, os autores pretendem ilustrar que, mesmo sendo individual o domínio do género, nada obsta que a mulher, assim como o homem, possam realizar tarefas complementares, bem como trabalharem em conjunto, sobrepondo-se, desta feita, às especificações do género. Entretanto, tomando em consideração o carácter fechado da estrutura patriarcal predominante no Sul do país, influenciada pelo cristianismo, reproduzindo-se no homem mas também na mulher, as tarefas e/ ou os papéis sociais, culturalmente normalizados para cada género, "não podem" ser trocados. Isso implicaria a redução do poder masculino, bem como a bicefalia do poder na família, abrindo desta feita os portões à participação social da mulher fora das

fortificações culturais e domésticas. No entanto, o custo de vida, o sustento dos filhos enquanto mães-solteiras, a viuvez, a escolarização e formações, a busca da emancipação, entres outros factores, fazem com que a mulher questione e desafie este *status quo* masculino e, não podendo empregar-se no formal, a economia informal torna-se "a porta" de fácil saída para liberdade económica. Todavia, as desigualdades são de difícil dissimulação, registando-se não só na esfera familiar, mas também em actividades formais.

Portanto, é a partir dessas diferenças de estatutos, prestígio e poderes entre mulheres e homens na família até nas esferas ocupacionais e de emprego que nos debates sociológicos em torno do conceito género e das desigualdades nele baseadas, surge o feminismo advogando que “os homens e as ideologias patriarcais controlam as capacidades reprodutivas e sexuais das mulheres e como resultado, as mulheres ficam presas a sua anatomia biológica que influencia as relações de poder definindo as actividades públicas e privadas como sendo masculinas e femininas” (Deus, 2011: p.4)

## **2.2. Papéis sociais**

Papeis sociais são o conjunto de comportamentos que anda associado à posição de cada pessoa na teia das relações sociais (Barata, 2007: p. 9), manifestos através da participação do individuo em actividades nas esferas social assim como familiar.

No concerto social, cada pessoa pode ocupar diferentes posições, desempenhando diversos papéis em função das suas capacidades e dinamismo. Por exemplo, uma mulher que em sua casa é esposa, mãe, no mercado pode desempenhar a função de vendedeira, podendo num momento posterior, desempenhar a função de estudante enquanto estiver na escola em processo de aprendizagem. Portanto, a constelação de papéis é uma afirmação do valor individual que não tem a ver com os modelos colectivos concernentes à educação.

No entanto, ser mãe, esposa e vendedeira, são posições sociais, que necessariamente implicam específicos papéis que por sua vez exigem expectativas de comportamento perante a sociedade e expectativas em relação a apresentação e às características específicas.

Assim sendo, os papéis sociais a nível doméstico permitem-nos delimitar a situação e o campo de actuação de cada membro da família pois, independentemente do tipo de relação em que o ser humano esteja inserido, representa vários papéis sociais.

Barata (2007: p.14) a propósito da constelação de posições e papéis num indivíduo, afirma que "a integração numa teia de posições e papéis sociais pode ser na verdade sentida como uma restrição a uma desejada liberdade de movimentos, mas também pode ser experimentada como um apoio que dá o conforto de segurança".

No contexto do patriarcado, a mulher, antes de partir para os compromissos fora da esfera doméstica, deve cumprir com papéis que lhe são reservados dentro da família, circunscritos nos cuidados ao marido, filho e casa. Posto isto, parte para os outros papéis adstritos às posições sociais, no caso em estudo, o comércio informal.

Segundo Barata (2007), é certo que cada um integra vários papéis, todavia tem de se conformar com o modelo que lhe é proposto na teia de relações. O autor vai mais longe ao afirmar que cada papel social caracteriza por um conjunto de expectativas de comportamento que não se pode desrespeitar impunemente.

Em relação à demarcação dos papéis entre a mulher e o homem na esfera doméstica, os estudos feministas marxistas têm na família a fonte de exploração da mulher. Todavia, há que entender que os papéis domésticos, socialmente enraizados em cada membro, configuram-se instrumentos de poder, cuja sua retirada implica a perda de autoridade, sobretudo no concernente aos papéis socialmente imputados ao homem na sociedade patriarcal e alicerçados pelo primado religioso. No entanto, há que se compreender que a submissão da mulher e sua aceitação no espaço doméstico é uma "condição" de "afirmação" sócio-cultural, de construção de género em sociedades patriarcais.

A propósito, Santo e Nobrega (2004) reconhecem que a luta das mulheres está assente na criação do capital sem deixar de lado a dimensão cultural.

Indissociável conexão entre a luta das mulheres e a luta de classes, pelo facto do capitalismo ser uma totalidade social, essa luta deve-se travar não só no plano económico mas também no da cultura, o que inclui a ciência. (...) a cultura apesar de não constituir a totalidade da vida social, é uma importante dimensão da trama humana onde se verifica a produção e a reprodução social" (Santos & Nobrega, 2004: p.2).

Portanto, nada impede que um membro possa aceder à esfera de outro para solucionar um determinado assunto. Aliás, casos há em que as mulheres vêem-se obrigadas a agregarem aos seus papéis os masculinos em decorrência de serem viúvas, mães-solteiras, divorciadas, assim como em consequência do desemprego dos seus parceiros.

### 2.3. Economia informal

Mosca (2009) define "A economia "informal", [...] como estratégia de sobrevivência dos pobres por incapacidade, do que se chama de economia "formal", em absorver o factor trabalho e de gerar rendimentos. É ainda uma consequência dos desequilíbrios, distorções ou rupturas de mercado e de políticas desajustadas.

Por sua vez, Casimiro (2011) entende economia informal como uma enorme variedade de actividades geradoras de rendimento, caracterizadas por remunerações ou rendimentos baixos, actividades incertas, irregulares e descontínuas, condições de trabalho bastantes adversas e desfavoráveis. São actividades que contam com maior proporção de mulheres, realizando a maior parte das vezes tarefas/ funções diferentes.

Entretanto, a economia informal pode-se designar também por sector informal, não havendo um marco divisor, pois a sobrevivência e a informalidade configuram-se o eixo denominador, tal como atesta Queiroz (2009) citado por Maposse (2011):

"O sector informal, actividade orientada para o mercado, com o principal objectivo de criar emprego e rendimento para as pessoas nela envolvidas e para os seus agregados familiares, com uma lógica de sobrevivência. O não registo da sua actividade é uma característica do sector informal e não um critério para defini-lo" (Maposse, 2011: p.22).

A expressão "economia informal" é preferível à expressão "sector informal", pois os trabalhadores e as empresas em questão não advêm de um só sector de actividade económica, mas sim de vários. Esta expressão tende, porém, a minimizar a importância das ligações, das zonas cinzentas e das interdependências que existem entre actividades formais e actividades informais.

A expressão "economia informal" refere-se a todas as actividades económicas de trabalhadores e unidades económicas que não são abrangidas, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais. Estas actividades não entram no âmbito de aplicação da legislação, o que significa que estes trabalhadores e unidades operam à margem da lei; ou então não são abrangidos na prática, o que significa que a legislação não lhes é aplicada, embora operem no âmbito da lei; ou, ainda, a legislação não é respeitada por ser inadequada, gravosa ou por impor encargos excessivos. O BIT deverá ter em conta, nos seus trabalhos, as dificuldades conceptuais associadas a esta imensa diversidade (OIT, 2006: p.6).

No entanto, se para a OIT é uma questão preferencial o uso da expressão economia informal, nada nos impede de assumir a perspectiva de sinonímia de Queiroz (2009), acima referenciada, correlação ao sector informal.



### **3. Revisão da literatura**

#### **3.1. Relações de género em Moçambique**

A mulher moçambicana tem vindo a participar activamente nas várias áreas, a começar pela Luta de Libertação Nacional, através dos movimentos feministas inseridos na FRELIMO<sup>1</sup>, nomeadamente: OMM<sup>2</sup> e DF<sup>3</sup>. Esta abertura à participação da mulher no contexto da luta pela independência não resulta da luta pela igualdade e equidade de géneros, mas sim uma concessão masculina face às contingências da época.

Todavia, o contributo da mulher no contexto da luta anti-colonial é pouco reconhecida e valorizada pelo homem, pois “a cidadania que os homens nacionalistas outorgaram às mulheres, como ‘recompensa’ pela sua participação na luta armada, foi uma cidadania incompleta, fragmentada e mínima” (Casimiro, 2004).

Com a proclamação da independência, a mulher continuou engajada na construção do país, participando nas várias esferas sociais, apoiada num quadro legal que a exaltava em contraposição aos princípios de desigualdades assentes na sua subalternização e engrandecimento do patriarcalismo. Contudo, a escolarização tardia é dos principais factores que ensombream a emancipação da mulher e entrada no mercado do emprego formal, daí se justificar

---

<sup>1</sup> Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) - Movimento de luta de libertação de Moçambique fundado em 25 de Junho de 1962 resultante da “fusão” de outros três grupos nacionalistas organizados em países vizinhos de Moçambique: a UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique) formada em 1960, em Salisbury, capital da então Rodésia e actual Zimbabwe; a MANU (Mozambique African National Union), fundada em Tanganica e localizada na actual Tanzânia em 1961; e a UNAMI (União Africana de Moçambique Independente) fundada em Niassalândia, actual Malawi em 1961 (História da Frelimo, [197-?], P. 5).

<sup>2</sup> Destacamento Feminino – braço armado feminino da FRELIMO, criado em 1966 no quadro da Luta de Libertação de Moçambique com a finalidade de juntarem sinergias na luta contra a dominação colonial.

<sup>3</sup> Organização da Mulher Moçambicana – fundada em dezembro de 1972, com a finalidade de democratizar as massas, organizar e mobilizar todas as mulheres do país no combate pela libertação nacional, pela emancipação das classes trabalhadoras e pela emancipação da mulher.

o facto do mercado informal, devido aos seus critérios pouco exigentes, em termos de especialização, agregar mais mulheres. Este indicador quer-nos parecer transversal, tomando em conta a abordagem de Silva (2010), ao traçar o perfil das mulheres que trabalham no mercado informal, em Cabo Verde assim como na maioria dos países da África subsaariana:

São chefes de família e, maioritariamente, aquelas que vivem no meio rural têm as menores taxas de alfabetização e possibilidade de frequentar escolas, o que tem contribuído não só para a sua fraca inserção no mercado de trabalho formal como, também, para a sua subalternização no seio da família e da sociedade. (Silva, 2010: p.15)

Em Cabo Verde, assim como na maioria dos países da África subsaariana, as actividades informais são tradicionalmente protagonizadas por mulheres. Esse tipo de comércio informal, maioritariamente, feminino é comum em todo o continente africano e, dependendo do contexto, as mulheres que dele participam recebem diferentes denominações, como é o caso das zungueiras e quitandeiras em Angola. (Silva, 2010: p.9)

Para além da pouca exigência da escolaridade do comércio informal, para Silva (2006) a flexibilidade do horário, que permite conciliar com outros deveres, incluindo as tarefas domésticas, e os salários médios do sector informal que são maiores do que no sector formal, constituem factores que explicam a preponderância das mulheres nesta actividade.

E, através do comércio informal, as mulheres procuram desenraizar as bases da sociedade tradicional, desconstruindo os preconceitos de inferiorização e incapacitação da mulher em relação ao homem. Além disso, reduzir-se o fosso económico entre o homem e mulher, circunscrito no domínio masculino no espaço familiar, que faz da actividade doméstica um contributo familiar da mulher, motivo suficiente para toda a sujeição, aliado ao casamento que veda a mulher da possibilidade de se desfazer da relação, sem deixar de lado a incapacidade da família em devolver o dote.

### **3.2. A divisão do trabalho e os papéis do género na perspectiva feminista marxista**

Nas pesquisas feministas marxistas, a família é tida como uma instituição de controlo e espaço marcado pela opressão da mulher através da divisão dos trabalhos e dos papéis domésticos. Segundo esta perspectiva, mesmo em famílias aparentemente unidas, as mulheres continuam sujeitas a uma carga horária excessiva para as actividades domésticas. Esta realidade não foge à regra em relação às mulheres que trabalham no comércio informal, independentemente do seu estado civil pois antes de partirem para a actividade comercial ou laboral, cumprem com os papéis que socialmente lhes são imputadas, nomeadamente: o cuidado da casa, dos filhos e dos

cônjuges e de outros membros do agregado. Posto isto, ao retornar vêm-se obrigadas a repetir as mesmas actividades.

Segundo (Oakley,1974), as actividades levadas a cabo pelas mulheres no seu dia-a-dia "são monótonas e repetitivas e, em troca, recebem pouco reconhecimento e nenhuma remuneração. Esta autora concluiu a partir daqui que a família não beneficia a mulher, mas continua a ser fonte de opressão e de desvantagem que, na realidade, a prejudica" (Oakley,1974 apud Morre 2002: p.52).

É verdade que todo o indivíduo precisa de reconhecimento pelo trabalho prestado, no entanto, os feministas não estariam a se equivocarem ao pedirem essa recompensa ao opressor? Que visão o patriarcalismo tem da mulher senão a fonte do prazer, da procriação e dona da cozinha? Subentendemos que o reconhecimento referido, trata-se da igualdade de direitos a todos os níveis, partindo da divisão do trabalho doméstico e dos papéis sociais. E, sobre a visão patriarcal, é um processo de desconstrução que precisa do envolvimento de toda a sociedade e levará demasiado tempo uma vez enraizado como modelo cultural.

Entretanto, a participação da mulher na economia doméstica através do comércio informal e os traços de liberdade económica em relação ao homem, colocam-na em condições de discutir com propriedade a sua condição enquanto membro da família, bem como na desconstrução dos papéis revestidos de machismo no espaço familiar. Dito de outra forma, a ocupação através do comércio informal e as conquistas financeiras da mulher impõem uma nova reconfiguração dos papéis domésticos assentes na partilha, participação e ajuda mútua.

### **3.3. Comércio informal em Moçambique**

O comércio informal em Moçambique constitui a fundamental alternativa de ocupação, empregabilidade e uma estratégia de sobrevivência de muitas famílias excluídas pela falta de especialização, reduzido mercado de trabalho e políticas pouco claras de desenvolvimento.

Chivangue (2014), citado por Stacciarini & Silva (2018), encontra na preferência pelo sector informal:

(...) à histórica incapacidade de gestão e geração de empregos por parte do Governo, refletindo na deficiência/ausência de postos formais de trabalhos, movimento que destina grande parcela da população às actividades do mercado informal, que se ampliam significativamente nas décadas de 1980 e 1990, quando centenas de milhares de pessoas adoptam tal saída na busca pelo escape à miséria generalizada que toma conta de Maputo/Moçambique (Chivangue, 2014 apud Stacciarini & Silva, 2018: p.3).

Na abordagem temporal aludida pelo estudioso, alguns factores devem ser tomados em conta no dinamismo da informalidade, nomeadamente: (1) a guerra dos 16 anos que criou um êxodo rural, tornando as cidades num campo de concentração da mão-de-obra excedentária e não qualificada, face a uma incapacidade de absorção do sector formal; (2) a destruição dos parques industriais e outros centros de produção, levando milhares de moçambicanos ao desemprego; (3) os processos de privatizações assentes nas políticas de ajustamento estrutural, nos princípios da década 90, que agravaram a situação da mão-de-obra excedentária, pois os novos proprietários simplesmente viriam a confirmar aquilo que o Estado tinha demonstrado, incapacidade de gestão e, por conseguinte, muitos trabalhadores foram arrastados para teia do desemprego; (4) os factores demográficos circunscritos no aumento da população activa, (não) especializada, sobretudo nos centros urbanos.

Mesmo reconhecendo o contributo do sector informal no dinamismo económico do país, Chivangue (2014) aborda com alguma indiferença o interesse do governo na aplicação do legalismo como mecanismo de formalização do sector informal, através do pagamento dos impostos e sua contribuição em cerca de 40% do PIB, sem, contudo, dar atenção à construção de infraestruturas para onde possam ser desenvolvidas as actividades do sector informal, assim como as políticas de financiamento para o início ou ampliação do negócio. Sobre este comportamento das autoridades, temos notado a cobrança das taxas diárias aos vendedores que desenvolvem as suas actividades nos passeios juntos ao mercado Novo da Cidade da Maxixe e, nalgumas secções, sobre as ruas sem nenhuma preocupação pelos constrangimentos criados na mobilidade urbana e na questão ambiental.

No entanto, o comércio informal em Moçambique, sobretudo na Zona Sul, reescreve uma nova ordem das relações e papéis do género na sociedade marcadamente patriarcal. A respeito, Mosca (2009) escreve que:

De uma posição subalterna, dependente e sujeita às funções e ritos tradicionais, as mulheres, também através da economia “informal” (sobretudo no comércio), começaram a assumir um papel activo e directo na integração do mercado das famílias e de afirmação pessoal, com obtenção de rendimentos e geração de riqueza. Este processo foi e é de ruptura, e portanto, cria conflitos com reestruturações na divisão social do trabalho no seio das famílias e das comunidades e configura novas relações de poder entre o homem e a mulher. (Mosca, 2009: p.7)

Entretanto, o comércio informal praticado pelas mulheres faz jus ao postulado de Lênin, citado por Cisne (2018) e focalizado pela teoria feminista marxista, ao apregoar a necessidade de fazer a mulher participar do trabalho produtivo social, libertando-a da “escravidão doméstica”, do jugo bruto e humilhante, eterno e exclusivo, da cozinha e do quarto dos filhos. Portanto, a participação da mulher através do comércio informal, numa realidade marcada por desemprego e subordinação masculina é uma forma de destranque dos portões da opressão e dependência em relação ao seu oposto, o homem. Uma forma de reescrita dos papéis domésticos, redução do grau de centralidade de poder masculino através do controlo financeiro e comunicação horizontal.

Assim sendo, o comércio informal em Moçambique para além de responder à problemática do emprego e da ineficácia dos projectos governamentais e do desenvolvimento da mulher é oportunidade da mulher reivindicar a igualdade dos critérios de actuação e gestão dos papéis domésticos, assim com o estreitamento dos laços de solidariedade familiar, uma vez agregar membros da mesma família.

#### **4. Metodologia**

No que concerne à natureza, o estudo é qualitativo com recurso à pesquisa bibliográfica e à técnica de observação sistemática através de um instrumento estruturado, planeado e controlado para colecta de dados, ficha de observação adaptada de Freire (2002: p.155-157), com a qual obtivemos dados relativos à história do mercado Novo, sua inserção no meio circundante, organização e relações com os utentes. Mas também, aplicamos uma entrevista semi-estruturada e um questionário a quinze (15) vendedeiras, e aos cinco (5) vendedores uma entrevista não-estruturada com vista apurarmos a sensibilidade masculina em relação à participação da mulher no comércio informal. Ora, os vinte (20) sujeitos sociais que constituem a nossa amostra, foram seleccionados a partir de uma amostragem probabilística aleatória

simples ou casual que consistiu em igual probabilidade de cada vendedor ser escolhido por meio de um sorteio.

Uma vez apresentados os dados dos informantes de forma anónima, vimo-nos obrigados a catalogarmos os respondentes em ordem de entrevista, idade, estado civil, sector, anos de actividade, caso de estudo e ano, por forma a facilitar na sistematização e análise de discurso, de forma narrativa, consoante os tópicos presentes nas questões colocadas.

A escolha desta técnica de análise de discurso permitiu-nos, após a transcrição dos dados, explorar não apenas factos e actividade comercial praticada no mercado Novo da Cidade da Maxixe, como também os sentimentos, isto é, as experiências emocionais dos informantes. Deste modo, através de suas narrativas foi possível obter um quadro mais amplo das relações de género na economia informal, a reconfiguração dos papéis domésticos, a visão masculina da participação da mulher no comércio informal no contexto do patriarcado assim como o impacto do comércio informal no espaço doméstico.

Entretanto, a técnica de análise de discurso de forma narrativa permitiu-nos, especificamente, conhecer as experiências das mulheres no respeitante à conciliação da actividade informal com as responsabilidades matrimoniais. Além disso, num mundo estruturado basicamente por homens, a técnica ajudou-nos a entender a habilidade das mulheres na valorização dos seus próprios pensamentos e suas experiências, muitas vezes, bloqueadas por dúvidas e hesitações quando suas experiências pessoais não estão de acordo com os preceitos patriarcais que prescrevem como uma mulher "deve" ser, comportar-se e sentir.

## **5. Apresentação e análise de resultados da pesquisa**

### **5.1. Área de estudo**

Esta pesquisa foi levada a cabo entre os meses de Junho a Setembro no “Mercado Novo” da Cidade da Maxixe, vulgo Dumba-Nengue, localizado no Bairro Chombone-A, entre as Avenidas Amilcar Cabral, Américo Boavida e a Rua de Chambone.

Trata-se de um mercado que funciona num antigo cemitério e cerrado de mata, onde primeiramente comercializava-se cana-de-açúcar e lenha e, posteriormente, bebidas e ao mesmo tempo servia de esconderijo de açúcar contrabandeado a partir do Zimbabwe e de outros produtos roubados pela cidade e, por via disso, um lugar de eleição para as rusgas policiais. É deste ambiente de dissuasão dos vendedores pela PRM que surge a designação mercado “Dumba-Nengue”.

O mercado abre das 07:00Hs às 17:30Hs, possui 1580 bancas das quais 1355 são de mulheres, feitas de material convencional e misto, um alpendre, um sanitário público, uma fonte (furo) de água. O mesmo, comercializa vestuário e calçado de segunda-mão e contra-feitos, contando com mercearias, pequenas lojas dedicadas à venda a grosso de diversos produtos e semi-indústrias para o descasque e moedura de cereais. Este mercado responde às necessidades da população local e de outras proveniências atraídos pelos preços praticados, unicidade do local da venda e qualidade de produtos comercializados. Aliás, o "Mercado Novo" abastece o mercado formal da Cidade da Maxixe. Em relação às características das vendedeiras, estas têm no mercado informal um espaço ocupacional e de geração de renda, para o sustento familiar. Trata-se de mulheres solteiras, casadas, viúvas e divorciadas, membros da mesma família e de crianças em auxílio dos genitores ou familiares, bem como em pleno trabalho remuneratório oriundas dos diferentes pontos da cidade e distritos da Província. A isto, agrega-se o facto de muitos não descontarem para a Segurança Social por desconhecimento dos benefícios e da precaridade do cumprimento das obrigações laborais por parte dos empregadores.

## 5.2. Perfil das participantes do estudo

Das quinze (15) vendeiras que perfazem a amostra para o presente estudo, 33% encontram-se entre a faixa dos 20-29 anos, sendo que 53,3% entre os 30 a 39 anos e 13,3% de 40 anos em diante. Destas, 80% são solteiras e 20% são casadas, com uma média de agregado familiar de 5 membros, por entrevistada.

No respeitante ao tempo da actividade comercial, 53% das entrevistadas encontra-se entre a faixa de 1 a 6 anos, 40% na de 6 a 10 anos e 7% na faixa de 11 a 15 anos. No entanto, todas são residentes na cidade, sendo que 73% precisa de transporte semi-colectivo para se fazer ao mercado.

### 2. Tabela 1. Características das entrevistadas

Código	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
Idade	33	32	25	34	34	24	40	38	23	24	23	60	30	35	23
Estado civil	S	C	C	S	S	S	C	C	S	S	S	S	S	S	S
Tempo de actividade	5	5	4	2	7	3	3	5	6	1	1	5	1	1	5
Agregado	4	5	4	2	7	2	6	5	7	3	8	4	8	5	6

Fonte: Autor, 2023.

<b>Anos na actividade</b>	5	6	3	5	7	3	8	7	4	3	15	5	7	8	3
<b>Área de comércio<sup>4</sup></b>	R	Ce	Me	R	Ce	O	R	Me	R	R	R	Ce	R	R	R

Destas entrevistadas, 60% comercializa roupas usadas (calamidade), 20% cereais, 13% produtos de mercearia e 7% outros produtos. Portanto, todas elas não possuem outras actividades de rendimento, tendo no comércio informal a sua ocupação e fonte de rendimento.

No concernente à parte masculina dos entrevistados, todos desenvolvem as suas actividades no mercado Novo há mais de 10 anos, tal como atesta a tabela2.

**Tabela 2. Características dos entrevistados**

<b>Nome dos entrevistados</b>	<b>Idade</b>	<b>Tempo de actividade no mercado Novo</b>	<b>Área de venda</b>
<b>Benjamim Ernesto</b>	61	26	Cereais
<b>Simião Zunguze</b>	53	17	Loiças
<b>Antonio Zaquau</b>	43	15	loiças
<b>Arlindo Ngureta</b>	42	11	Mercearia
<b>Simão Manhique</b>	58	30	Mercearia

Fonte: autor, 2024.

### **5.3.Aquisição, comercialização de produtos e suas implicações**

Os produtos comercializados no "Mercado Novo" provêm de diferentes pontos do país. No caso específico das roupas usadas (calamidade), até a segunda metade da década passada, eram adquiridas na cidade de Maputo, acarretando enormes custos financeiros e desperdício de tempo. Actualmente, são adquiridas localmente, reduzindo, por conseguinte, os custos de transporte e tempo. Ora, em relação às roupas contra-feitas (as ditas chinesas ou nigerianas) têm na Cidade de Maputo ou na vizinha África do Sul os locais de aquisição. Os cereais são comprados localmente, a grosso, com vendedores vindos das Províncias do Niassa, Nampula, Tete, Manica, Zambézia e Sofala, significando uma mudança em relação aos anos passados nos

<sup>4</sup> R (roupa), Ce (cereais), Me (mercearia) e O (outros produtos).



quais os vendedores do "Mercado Novo" viam-se obrigados a deslocar-se às zonas de produção para a aquisição,

Segundo a entrevistada 7, vendedeira de roupa há 8 anos, antigamente, viajavam à noite, chegando à Maputo de madrugada e, após as compras, tomavam o carro de volta, tendo nessas viagens perdido colegas vítimas de acidentes de viação. Mais ainda, a entrevistada afirma que outras perderam seus lares e as mais compassivas tiveram que abandonar a actividade ou mudar de ramo comercial para salvaguardarem os interesses do lar.

No tocante ao mesmo assunto, a entrevistada 12, vendedeira de cereais, disse:

Não precisamos de viajar à Nampula para a compra de feijão, amendoim e milho. Eles vêm até aqui no mercado e nós compramos em sacos e revendemos a grosso e a retalho sem precisarmos de percorrer distâncias. Isto ajuda-me a zelar pela família pois, ao contrário dos tempos anteriores, eu tinha que viajar para o Norte do país. (Entrevistada 12, 60 anos, S., Cereais, 5 anos - MNMCM, 2023)

Por sua vez, a respondente 8 avança que com aquisição localmente dos produtos para a comercialização e, por conseguinte, redução de viagens à África do Sul, a relação com o marido melhorou.

Adquiro os produtos para a minha banca no Socopolo <sup>5</sup> e com outros armazenistas. Mas também, produtos como amendoim e feijão, compro aqui no mercado com outros vendedores e, depois, revendo. Isso, ajudou-me a melhorar a relação com o meu marido porque deixei de viajar muito como no tempo em que vendia roupa, louça e cabelos adquiridos na África do Sul. (Entrevistada 08, 38, C., Mercearia, 7 anos - MNMCM, 2023)

Como se pode entender das abordagens acima, as viagens à cidade de Maputo e Nampula, assim como para a África do Sul desestabilizavam as relações conjugais, a ponto de algumas vendedeiras abandonarem a actividade ou mudarem de ramo comercial. Ademais, há nas três participantes a convicção da melhoria nos relacionamentos conjugais como resultado do corte das deslocações para fora da cidade.

#### **5.4. Participação da mulher nos encargos familiares**

No que toca à providência familiar, 67% das entrevistas são as únicas responsáveis pelo sustento da família. Destas, 13%, por sinal casadas, garantem as necessidades domésticas, superando o velho princípio das sociedades patrilineares, onde o homem era exclusivo provedor da família. Porém, esta mudança não coloca em causa a posição do homem, como chefe de família e nem lhe retira autoridade, segundo as nossas entrevistadas.

Isto leva-nos a afirmar que o patriarcalismo não só se deve entender como um complexo de superioridade social do homem em relação à mulher, mas também o contraposto da mulher para

---

<sup>5</sup> Comerciante de origem indiana que vende produtos a grosso no centro da Cidade da Maxixe.

com o homem. Isto é, deve-se entender como um comportamento de auto-inferiorização da mulher perante o seu oposto.

A propósito, a entrevistada 7 afirma ser a única provedora da família, dado o facto de o marido estar inabilitado. Todavia, isto não retira a autoridade do marido, pelo contrário diz-se grata ao esposo pois foi ele que a incentivou e financiou o início da actividade comercial. Por isso, esta é uma forma de retribuí-lo.

Como se pode depreender, mais do que o peso da tradição e da cultura machista, no depoimento da entrevistada 7, há um espírito messiânico imposto sobre o homem que possivelmente, estará a concorrer para que a autoridade do marido não seja posta em causa e, por conseguinte, as decisões da família sejam tomadas por aquele, tendo sido o marido que a incentivou e financiou o seu negócio. Portanto, há que se colocar no seu devido lugar de "mulher submissa" e retribuir pelo suporte dado.

No entanto, a entrevistada 2, sem evidenciar a autoridade na família, levanta pontos que julgamos importantes que fazem diferença na vida familiar e na relação conjugal, nomeadamente: marido desempregado há mais de dois anos e a provisão familiar sob a responsabilidade da mulher.

Com esta actividade de venda de amendoim e feijão consigo minorar as despesas da minha casa. Aliás, sem isto, não sei onde estaria tomando em consideração que o meu marido perdeu emprego há mais de dois anos. Mas, graças a Deus, nunca faltou comida em casa e os meus filhos nunca deixaram de ir à escola por falta de material e outras necessidades básicas. (Entrevistada 02, 32 anos, C., Cereais, 6 anos - MNCM, 2023).

Ora, para além das duas entrevistadas casadas que contam com o apoio dos maridos na gestão das despesas domésticas, 20% da amostra revela que tem apoio de familiares, amigos e parceiros, tal como avança a entrevistada 13:

Tenho tido apoio constante do meu parceiro para as despesas domésticas. Claro que não suficiente, mas ajuda um pouco nas despesas da família. Claro que não exijo muito dele porque tem outra família por cuidar (esposa e filhos). Mas também, o meu irmão tem ajudado bastante, sobretudo na educação dos meus filhos, comprando material escolar, assim como nas necessidades da nossa mãe. (Entrevistada 13, 30 anos, S., Roupas, 7 anos – MNCM, 2023).

Já a entrevistada 5 considera bastante relevante a participação da mãe nas despesas domésticas, ao afirmar que:

A minha mãe tem sido fundamental para os encargos domésticos. Somos sete membros da família. No entanto, temos que estar sincronizados na busca de soluções para as necessidades que enfrentamos no seio da família. Tenho os meus dois filhos, duas (2) sobrinhas e uma irmã, por sinal mãe-solteira. O pouco que a minha mãe ganha da venda de bolinhos de sura, juntamos para compra de comida, pagamento de energia, água e outras necessidades (Entrevistada 5, 34 anos, S., Roupas, 7 anos - MNCM, 2023).

Como se pode constatar do depoimento da informante 13, para além do irmão que a ajuda nos encargos da família, tem no parceiro (amante) um adjuvante. Ora, fazendo jus ao princípio segundo o qual “quem paga, manda” podemos inferir que o referido "parceiro" tem poderes decisórios, directa ou indirectamente na relação com a parceira.

No respeitante à desvalorização dos lares por parte de algumas vendedeiras casadas, a entrevistada 8 afirmou ser legítima a alegação, visto que algumas mulheres que trabalham no mercado informal, não respeitam os maridos e abdicam-se completamente dos seus papéis sociais, razão pela qual o número de divórcios e separações conjugais é crescente entre as mulheres vendedeiras no Mercado Novo.

Muitas mulheres entram no comércio informal casadas, humildes e tementes a Deus, mas quando começam a ganhar alguma coisa tornam-se irreconhecíveis. Tornam-se arrogantes e numa simples ligação telefónica do marido é possível perceber a real personalidade delas. É triste, ouvir uma mulher ralhando para o marido como se de uma criança tratasse. Em contrapartida, já não o faz com os clientes pois são eles que dão dinheiro... Há homens que pelo facto de não estarem a trabalhar são tratados como empregados em suas próprias casas. São eles que lavam, cozinham, fazem todo o tipo de actividades domésticas. (Entrevistada 08, 38 anos, C., mercearia, 7 anos - MNCM, 2023)

Entende-se nesta colocação que não está em causa a troca dos papéis sociais entre o homem e a mulher, mas a forma como é feita a gestão comunicacional que, de algum modo, denuncia a alteração da estrutura familiar, perda do controlo de comando e liderança por parte do homem, transferindo-se as decisões para a mulher. Não se trata de mudanças operacionais no seio familiar, mas sim a troca de actores e não de atitudes. Portanto, a mulher deixa de ser a oprimida e passa a opressora – veste-se de vestido por fora e por dentro tem um martelo em punho.

Por seu turno António Zaqueu, vendedor de louças do mercado Novo há 15 anos, afirma que:

Muitas mulheres quando começam a ganhar um pouco de dinheiro desrespeitam os seus maridos, demonstrando um comportamento desviante. Bebem de qualquer maneira e em alguns casos tratam os maridos como objectos depreciados. É lamentável! Pior não se imagina quando o marido não trabalha. Mas também há mulheres comprometidas enquanto casadas. Trabalham em prol das suas famílias e melhoram as condições dos seus agregados (António Zaqueu, 43 anos, louças, 19anos - MNCM, 2024).

Como se pode depreender da transcrição acima, há mulheres focadas não só na sua actividade comercial mas também no compromisso familiar através da melhoria da renda familiar e, por

consequente, no desenvolvimento da família. Dai que o comércio informal praticado pelas mulheres ser visto pela parte masculina como necessário e contribui positivamente nos encargos familiares.

### **5.5.O impacto do comércio informal no Mercado Novo da Cidade da Maxixe**

O comércio informal constitui uma oportunidade ocupacional e de incremento da renda familiar, permitindo novas relações sociais, valorização social e individual, e a possibilidade de maior protagonismo nas instâncias de tomada de decisão, o que não acontece frequentemente no trabalho doméstico (cfr. Casimiro, 2011, *apud* Abreu 1995. p.89, WLSA Moç. 1998). Esta nova configuração doméstica não outorga a mulher a troca de comando e, por conseguinte, o papel decisório na esfera familiar, mas sim dota-a de ferramentas económicas e sociais que a possibilitem negociar a pé de igualdade com o seu parceiro. No entanto, há que se ter em conta que a "participação da mulher nos processos decisórios é morosa, implica negociação e conflito, relações de poder entre vários actores em presença" (cfr. Casimiro,2011. p. 12).

Assim sendo, com a partição da mulher no comércio informal, parte da sociedade passou a olhar positivamente para a actividade informal da mulher, vendo-a como uma parceira social estratégica que ultrapassa a dimensão doméstica, tal como avança a entrevistada 1.

Quando eu não fazia nada, as pessoas não me respeitavam e era excluída dos eventos sociais. A isto aliava-se a minha condição de solteira que me colocava no rótulo das mulheres de má-vida. Não há algo pior que não ter marido e emprego. Mas quando comecei a ganhar o meu dinheiro através do negócio de roupa, todos aqueles que se tinham distanciado de mim, passaram-me a prestar favores e olharem-me de forma diferente. (Entrevistada 01, 33 anos, S., Roupas, 5 anos – MNCM, 2023).

Por seu turno, a entrevistada 8 disse a respeito que:

No início, algumas pessoas próximas foram desaconselhar o meu marido no sentido de recuar na decisão de desenvolver a actividade informal, alegando o tempo que passaria fora de casa, a educação dos filhos, o cuidado da casa e do marido, assim como perigo de divórcio que representa o dinheiro nas mãos da mulher, para além do alegado comportamento desviante de algumas mulheres que trabalham neste mercado. O curioso é que alguns dos que se opunham à nossa decisão, vendo os passos que íamos dando, desconstruíram todas as teorias contrárias e estão aqui. (Entrevistada 08, 38anos, C., Mercearia,7anos - MNCM, 2023).

Destes depoimentos, ressalta-nos a instituição casamento com algumas variáveis curiosas ligadas ao comércio informal. A primeira é de enquanto solteira, a mulher ser excluída dos eventos sociais; a segunda, a de que o dinheiro advindo da actividade informal pode resgatá-la para o centro das atenções sociais; a terceira prende-se, para além das barreiras sócio-culturais, com facto de se pensar que o dinheiro nas mãos das mulheres denuncia um divórcio, uma vez que a emancipação significa a "quebra" dos valores da família. E, por último, perceber-se que

a actividade das mulheres no comércio informal melhora as relações conjugais, tornando os casais mais unidos na prossecução dos objectivos em comum.

### **5.6. O comércio informal e as relações do género**

A actividade comercial da mulher tem contribuído no relacionamento com a parte masculina. Como temos vindo a referenciar, o cepticismo que vinha reinando da parte masculina com o tempo vai-se perdendo e as fronteiras do género diluindo-se entre a planificação, negociação, cedência e troca de papéis sociais a nível doméstico.

Segundo Simão Manhique, vendedor do mercado de loiças, com 17 anos de actividade comercial no mercado Novo, afirma que:

No contexto actual, a participação da mulher no comércio informal é necessária para o fortalecimento da economia doméstica para aquelas mulheres que conseguem conciliar os seus papéis domésticos, enquanto casadas, com a actividade informal. Para as outras, não é benéfica por traz conflitos familiares ao inverterem os papéis socialmente estabelecidos, manifestos através da ausência familiar por tempo longo no lar e a insubmissão ao homem enquanto chefe da família, dado o facto de possuir dinheiro que lhe baste para vida (Simão Manhique, 53 anos, loiças, 17anos - MNCM, 2024).

Benjamim Ernesto, Chefe da Comissão dos Mercados e vendedor de cereais no Mercado Novo há mais de 26 anos, olha positivamente para a participação da mulher ao afirmar que:

Este mercado agrega mulheres de todos estratos e ocupa muita mão-se-obra desempregada, sobretudo mulheres. Algumas destas formaram-se neste mercado, outras através da actividade comercial constroem suas casas e melhoraram as suas vidas, contribuem para os encargos familiares. Outras, ainda, são chefes de família e têm nesta actividade o mecanismo de sobrevivência. Portanto, a participação da mulher é necessária no contexto socioeconómico do país pois a mulher tem que contribuir financeiramente e materialmente pois a vida não está fácil (Benjamim Ernesto, 61anos, Cereais, 26anos - MNCM, 2024).

Desta feita, a participação da mulher no comércio informal no "Mercado Novo" da Cidade da Maxixe está a reconfigurar as relações de género a nível doméstico. O autoritarismo do homem assente na estrutura patriarcal vai cedendo de uma perspectiva vertical para uma perspectiva horizontal na qual a mulher é digna parceira. Neste novo figurino, os processos de decisão são tomados mediante a negociação assente no espirito de cedência e reconhecimento do contributo da mulher na esfera familiar. Assim sendo, ao alargar as fronteiras de actuação, a mulher tornar-se uma actriz incontornável nos processos domésticos, vê-se valorizada e mais prestativa na família.

Contudo, algumas mulheres entendem que esta nova reconfiguração dos papéis de género na estrutura doméstica, implica a troca de comando ao nível familiar, sem a alteração dos mecanismos de liderança, isto é, a mulher encarna a liderança machista/patriarcal baseada no autoritarismo, liberdade de actuação, não prestação de satisfações à contraparte e decisões unilaterais. Este comportamento ocorre com as mulheres que ganham melhor que os parceiros e nos casos em que estas são as únicas provedoras, sem deixar de lado as influências advindas das novas relações sociais estabelecidas a partir do comércio informal.

A partir destes comportamentos, consubstanciados pelos depoimentos das nossas entrevistadas, uma parte masculina da sociedade vê no comércio informal um atentado à estabilidade familiar, a perda do poder milenar que lhe fora outorgado pela tradição e pela religião por causa do dinheiro, a fonte de “todos os males”, tal como nos foi descrito acima pelo informante Simão Manhique. Por via disso, algumas mulheres vêm-se obrigadas a escolher entre o comércio e o lar. A propósito destes comportamentos, algumas entrevistadas afirmam:

Algumas pela liberdade financeira faltam com o respeito aos maridos, namorados o que torna a actividade comercial, aos olhos masculinos nociva. Não cumprem com os deveres de esposas, namoradas, mães. Amam mais o dinheiro que as próprias famílias por isso são simpáticas com os clientes do que com os próprios maridos. (Entrevistada 07, 40 anos, C., Roupas, 8 anos – MNCM, 2023)

Sobre o quesito, entrevistada 3 disse:

Algumas mulheres não respeitam os seus homens quando começam a ganhar dinheiro, razão pela qual acabam em divórcios e separações. Com muita facilidade apagam um passado recente porque estão a ganhar um pouco. É triste ver um homem que lutou a vida inteira pela família e ser desrespeitado pela mulher que lhe tirou do sufoco. (Entrevistada 03, 25 anos, C., Mercearia, 3 anos – MNCM, 2023)

Segundo Manhique (53 anos, louças, 17anos - MNCM, 2024) “algumas mulheres por estarem a ganhar mais que o marido impõem que este passe a se ocupar pelos papeis da mulher, quebrando desta forma a ordem social”.

Entretanto, as alterações do relacionamento com a parte masculina da sociedade não estão condicionadas aos objectivos da entrada da mulher para o comércio informal, circunscrita na ocupação da mulher e melhoria das condições de vida, assim como em torná-las activas fora dos muros domésticos. Mas, como se pode constatar a partir das transcrições acima, razões levantam-se para que alguns homens olhem com diferença a participação social da mulher a partir do comércio informal dadas as mudanças comportamentais apresentadas pelas parceiras.

## 5.7. Mudanças na esfera doméstica

Respondendo à pergunta sobre as responsabilidades no cuidado do lar em sua ausência, 40% das entrevistadas deixam-o ao cuidado das empregadas domésticas, 33,3% sob tutela de outros familiares, 13% aos cuidados dos maridos e igual número aos pais. Com isto, entende-se que a mulher, gradualmente, deixa de abraçar unicamente as tarefas tidas como exclusivamente femininas, dividindo-as com outros membros do agregado familiar.

Sobre a questão relacionada com a execução das tarefas a ela reservadas socialmente, 40% das respondentes afirma que em caso de ausência, as empregadas tomam a responsabilidade, enquanto 27% têm nos maridos os parceiros confiáveis. E, algumas confiam nos pais e igual número nos filhos e os restantes em outros membros da família.

Como se pode notar da descrição acima, o homem quebra as barreiras sócio-culturais e todos os complexos patriarcais, assumindo os papéis sociais imputados à mulher, o que mais uma vez traz à prova uma nova reconfiguração das relações do género a partir dos papéis domésticos. Processo inverso é feito pela mulher ao assumir as funções e os papéis sociais tido como exclusivos do homem, como: providência familiar 53% das entrevistas e a construção 33%.

Como se pode compreender, a participação da mulher que trabalha no comércio informal no Mercado "Novo" da Cidade da Maxixe está gradualmente a quebrar as barreiras sociais e as trocas dos papéis passaram à normalização no conceito das relações de género na família. A contribuição desta impacta nas finanças da família, anteriormente centradas no marido, manifestando-se através da sua contribuição na economia doméstica.

No respeitante à questão sobre as condições de assumir o papel de pai em caso de ausência temporária ou definitiva, 67% das entrevistadas respondeu que estaria em condições, sendo que 20% destas justifica-se pelos ganhos financeiros advindos da actividade comercial e as restantes 47% afirma-se preparada a assumir os encargos correspondentes aos homens. No entanto, 33% das entrevistadas não se mostra em condições de assumir o papel masculino de pai, por não estarem preparadas e, por não ganharem o suficiente. Para estas últimas, fica a ideia de ainda estarem vinculadas ao primado patriarcal de um homem provedor, sacrificial, a solução de todos os problemas.

Sobre as decisões nucleares da família, 40% das entrevistadas assumem-se responsáveis por todas as decisões, sendo que para 33% as decisões acontecem numa base negocial, entre o homem e a mulher. Entretanto, algumas assumem ser da responsabilidade dos maridos e igual número da dos pais a tomada de decisões. Ora, deste resultado fica subjacente que a estrutura patriarcal está ameaçada face a uma mulher que não se deixa intimidar pelas bases sócio-

culturais e religiosas, nas quais o homem é o centro de poder. Todavia, através do comércio informal, a mulher tem o privilégio de decidir sobre o seu destino, negociar oportunidades e estilo de vida.

Em relação à pergunta sobre as mudanças operadas na vida das respondentes, depois da entrada no comércio informal, 60% elenca a liberdade financeira; 33% a aquisição de bens valiosos. Portanto, mais do que a valorização social da mulher e poder negocial com o seu parceiro, a liberdade financeira coloca em causa o poderio do homem, uma vez que, outrora, desprovida de recursos financeiros, havia na submissão e coisificação da mulher uma espécie de agradecimento. No entanto, para o alcance da almejada liberdade é preciso que se conjugue o poderio financeiro com a escolaridade, algo que parece não ser de interesse de maior parte das nossas entrevistadas.

Entretanto, o envolvimento das mulheres na actividade informal contribui na alteração das relações de género e desestruturação do primado organizacional da família, na perspectiva patriarcal, na qual a mulher devia submeter-se incondicionalmente às vontades do marido e da família. Ora, como é de praxis, a actividade comercial exige maior tempo de permanência em local de venda, colocando-se em causa as responsabilidades adstritas socialmente à mulher no espaço doméstico, gerando a troca de papéis, conflitos familiares, separações e divórcios.

## **6. Conclusões**

O comércio informal tem impactado positivamente na vida dos agregados das mulheres vendedoras no Mercado Novo. Tem igualmente impactado na valorização social da mulher, através da quebra das barreiras sócio-culturais que a reduziam à cozinha, saúde e educação dos filhos, cuidados do marido. Com a sua integração no comércio informal, a mulher passou a ser incontornável na esfera familiar, enquanto contribuinte, dotada de condições que a possibilitem negociar em pé de igualdade com o seu oposto.

No entanto, esta ascensão social da mulher implica mudanças significativas dentro da gestão familiar, enquanto organização social. Assim sendo, o homem vê-se obrigado a redefinir as suas estratégias de actuação, face a uma mulher reconfigurada para os encargos e projectos familiares, portanto, economicamente activa que, contrariamente ao passado, negocia novas configurações das relações de género no espaço familiar com alguma condição e liberdade financeiras.

Pese embora o homem encarre positivamente a participação da mulher na economia informal através do comércio, as alterações socio-comportamentais de algumas mulheres que



desenvolvem a actividade informal no "Mercado Novo", no meio alguma liberdade financeira, têm colocado em causa os seus casamentos. A troca de papéis sociais, sem negociação, tem sido uma das fundamentais causas do desmoronamento das relações. A mulher, que passa maior parte do tempo no mercado, sendo ela provedora ou adjuvante, quer que o homem passe automaticamente a desempenhar, parcial ou totalmente, as tarefas a ela adstritas na cultura patriarcal. Por sua vez, o homem e a sociedade, no geral, olham para estas atitudes como um desafio à autoridade masculina e falta de respeito ao homem.

No entanto, de tudo quanto foi dito, a participação da mulher na economia informal tem impactado positivamente nas relações de género, elevando a auto-estima da mulher, estabelecendo uma base negocial na família e na sociedade com o homem. Portanto, a mulher passa a ser activa em todas as esferas domésticas, a ponto de desempenhar papéis socialmente relegados ao homem, contribuindo no desenvolvimento económico e social da família.

Entretanto, dada a complexidade do comércio informal, marcado por ausências constantes da mulher, decorrente de viagens para a aquisição de produtos de venda e necessidade de permanência por longos tempos no local de venda. São situações que impedem a sua participação constantemente nos processos e estágios da família. Por isso, o homem vê-se obrigado a preencher as funções associadas à mulher, como: cozinhar, cuidar dos filhos e da casa. Tal como temos vindo a referir, esta troca de papéis não se tem mostrado pacífica pois em muitos casos não é antecedida por uma base negocial, mas sim ditatorial advinda da mulher empoderada, desafiando o poder “natural” do homem.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABREU, A.P, de. (2007). Sector Informal, Microfinanças e Empresariado Nacional em Moçambique. *Cadernos de Estudos Africanos* – URL: <http://cea.revues.org/930>; DOI:10.4000/cea.930 em 07/07/23.

BARATA, Ó. (2007). *Introdução às Ciências Sociais*. Lisboa. Bertrand Editora. Vol.1.

CASIMIRO, I. (2011). *Empoderamento Económico da Mulher, Movimento Associativo e Acesso a Fundos de Desenvolvimento Local*. Maputo: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane.

- CHIVANGUE, A. (2014). *Economia Informal e Políticas em Moçambique: Lógicas e Práticas dos Mukheristas*. Lisboa: Universidade de Lisboa
- CISNE, M. (2018). Feminismo e Marxismo: apontamentos teórico-práticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. *Serv. Soc. Soc.*, n. 132. DOI: [10.1590/0101-6628.138](https://doi.org/10.1590/0101-6628.138)
- DEUS, N.. de, et al. (2011). *Movimento Feminista em Moçambique*. s/l. Nawey.net. Disponível em [www.nawey.net](http://www.nawey.net)
- FREIRE, J. (2002) *Sociologia do Trabalho: Uma Introdução*. 3ª Edição. Lisboa: Afrontamento.
- HISTÓRIA DA FRELIMO. Relatório do comitê central da Frelimo. Maputo: Departamento de Trabalho Ideológico Frelimo, [197-?]. p. 13-22. (Coleção Conhecer, v. 4).
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2005). *O Sector Informal em Moçambique: Resultados do Primeiro Inquérito Nacional de Moçambique*. Maputo: INE.
- LOFORTE, A.M. (2011). Tornando Visíveis as Lutas Silenciosas: as mulheres, a guerra e a reconstrução Nacional em Moçambique. In: TELES, N, MUIANGA, B., BRAS, E. (Orgs.) *Mosaico Sociológico*. 1ªed. Maputo: Departamento de Sociologia da UEM.
- MAPOSSE, A.H.S. (2011). *O papel do comércio informal na ocupação da força de trabalho em Moçambique*. Maputo: Faculdade de Letras e Ciências Sociais (Dissertação de Mestrado em População e Desenvolvimento).
- MEYER, D. E. (2004). Teorias e políticas de género: fragmentos históricos e desafios actuais. *Revista Brasileira de Enfermagem*. Disponível em: [https://www.bing.com/search?q=MEYER%2C+D.+E.+\(2004\).+Teorias+e+políticas+de+género&cvid=5dceb972eb1c4734ab26dcc2bceb1dda&gs\\_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOdIBCDMwNzNqMGo0qAIAAsAIA&FORM=ANAB01&PC=U531](https://www.bing.com/search?q=MEYER%2C+D.+E.+(2004).+Teorias+e+políticas+de+género&cvid=5dceb972eb1c4734ab26dcc2bceb1dda&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOdIBCDMwNzNqMGo0qAIAAsAIA&FORM=ANAB01&PC=U531)
- MORRE, S. (2002). *Sociologia*. Mira – Sintra. Publicações Europa-América.
- MOSCA, J. (2010). Pobreza, economia “informal”, informalidades e desenvolvimento. In Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade em Moçambique. In: DE BRITO, L., CASTELBRANCO, C.N., CHICHAVA, S., FRANCISCO, A. (Orgs.) *Desafios para Moçambique 2010*. Maputo: IESE, pp. 83-98.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) (1996). *Desenvolvimento do Sector Informal em África*. New York: ONU.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT) (2006). *A OIT e a Economia Informal*. Lisboa: OIT.

OTI (2012). *A economia informal e o trabalho digno: Guia de recursos sobre as políticas apoiar a transição para a formalidade*". Lisboa: OIT.

OMM (1980). Documento da 3ª Conferencia da OMM – Estatutos e Programa.

OYĚWÙMÍ, O. (2004). Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. *CODESRIA Gender Series*. Volume 1, Dakar: CODESRIA, 2004

SANTOS, E., NOBREGA, L. (2004). *Ensaio sobre o feminismo marxista socialista*. Rio Grande do Norte: Departamento de História e Geografia da UFRN. Disponível em [www.cerescaico.ufrn.br/mneme](http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme), em 17/03/2023.

SANTANA, J. S. (2009). A Participação das Mulheres na Luta de Libertação Nacional de Moçambique em Notícias (REVISTA TEMPO 1975-1985). *Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*.

SILVA, T. (2010). *Relações de gênero em África: as rabidantes e o comércio informal em Cabo Verde*. Lisboa: CIEA 7. In: [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2195/1/CIEA7\\_11\\_SILVA\\_Relações%20de%20gênero%20em%20África.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2195/1/CIEA7_11_SILVA_Relacoes%20de%20g%C3%AAnero%20em%20%C3%A1frica.pdf)

STACCIARINI J., SILVA, L. C., da (2018). O mercado informal de Maputo (Moçambique) e a feira de Xipamanine: entre curiosidades e vivências no continente. *Élisée, Rev. Geo. UEG – Porangatu*, v.7, n.1, p.41-52 - <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/6833/5596> em 20/06/2023.

WATEHOUSE, R. e VIJFHUIZEN, C. (2011). *Estratégias Das Mulheres, Proveito Dos Homens – Género, Terra e Recursos Naturais em Diferentes Contextos Rurais em Moçambique*. Maputo. UEM.

\*Mestre in Sociologia do Trabalho e das Organizações, Instituto Superior Monitor.

Email: [vidal.v.come@gmail.com](mailto:vidal.v.come@gmail.com)